

EXPANSÃO DO ENSINO TÉCNICO EM SP

Governo usará salas ociosas para abrir cursos

O PROJETO

» A expansão ocorrerá em salas ociosas de escolas já existentes (tanto da rede estadual quanto da municipal de São Paulo)

» O governo vai lançar uma segunda fase de crescimento dos cursos técnicos

QUANTAS ESCOLAS

» A rede estadual identificou 105 escolas que participarão do projeto (60 no interior e 45 na Grande São Paulo)

A PRIMEIRA FASE DA EXPANSÃO

» Iniciada em 2007, priorizou a abertura de vagas a partir da construção de prédios

QUANTAS VAGAS

» Apenas nas escolas da rede estadual, a previsão é que sejam abertas 32 mil vagas

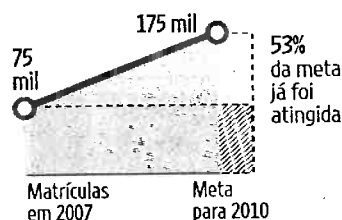
INÍCIO

» No segundo semestre deste ano

CONCLUSÃO

» Prevista para 2010

92.706 é o número de vagas no ensino técnico hoje*



Fontes: Secretarias estaduais de Desenvolvimento e Educação *Com base no segundo semestre de 2008

SP usará salas ociosas para ampliar o ensino técnico

Estado usará salas desocupadas das escolas de ensino básico para criar 32 mil vagas

Acordo com o prefeito Gilberto Kassab também prevê o uso dos 46 CEUs para o ensino profissionalizante; sindicatos criticam a medida

**FÁBIO TAKAHASHI
RICARDO WESTIN**
DA REPORTAGEM LOCAL

O governo paulista criou um programa para aumentar o número de vagas no ensino técnico,

com a utilização de 105 escolas estaduais de ensino básico e todos os CEUs da Prefeitura de São Paulo.

A ideia é destinar as salas desocupadas das escolas comuns, principalmente no período noturno, para os cursos técnicos.

Na rede estadual, a previsão é que sejam abertas 32 mil vagas de nível técnico. Hoje existem 92,7 mil. Os alunos serão escolhidos por vestibulinho.

Na rede municipal, o gover-

nador José Serra (PSDB) e o prefeito Gilberto Kassab (DEM) fecharam acordo para levar o projeto a todos os 46 CEUs. Ainda não há previsão de quantas vagas serão abertas.

O modelo começou experimentalmente no ano passado, numa escola estadual da capital. Neste semestre, será levado a dois CEUs. A expansão começará de fato no segundo semestre, com conclusão até 2010.

"Há muita demanda por en-

sino técnico. Os vestibulinhos têm mais de cinco candidatos por vaga", diz Alberto Goldman, vice-governador e secretário de Desenvolvimento (responsável pelo ensino técnico).

Goldman será substituído na secretaria pelo ex-governador Geraldo Alckmin (PSDB). O governo afirma que o programa não terá alteração.

O uso das salas desocupadas difere da primeira etapa de expansão do ensino técnico, iniciada em 2007, quando a prioridade era construir prédios.

A previsão da primeira etapa é elevar de 75 mil para 175 mil o número de matrículas até 2010, meta 50% atingida no final de 2008. Com a segunda fase da expansão, o governo pretende aumentar a meta final.

A procura por profissionais de nível técnico no Brasil é grande. Dos cerca de 47,5 mil funcionários da mineradora Vale, por exemplo, cerca de 80% são de nível técnico. Diante da falta de profissionais, a empresa estimula que escolas técnicas ofereçam cursos técnicos nas regiões onde opera.

Segundo Goldman, 77% dos formados nas escolas técnicas paulistas saem empregados.

CONTINUA

Ociosidade

Os investimentos para a expansão em São Paulo serão bancados com parte dos recursos da venda do banco Nossa Caixa. A principal modificação nas escolas será a adaptação de salas de aula em laboratórios.

Na rede estadual, foram recolhidas escolas que têm ao menos oito salas ociosas no período noturno (para aulas) e três na parte diurna (para atividades administrativas). Os cursos que serão oferecidos ainda não foram definidos.

Segundo a secretária estadual da Educação, Maria Helena Guimarães de Castro, os espaços ficaram vazios devido à queda na procura pelo ensino médio e pelo EJA (antigo supletivo) no período noturno.

O secretário municipal de Educação, Alexandre Schneider, diz que não haverá custo para a prefeitura — tudo será pago pelo Estado. A inclusão do ensino técnico em escolas da prefeitura foi promessa de Kassab na campanha de reeleição. Os diretores da rede estadual fazem duras críticas à tática do governo paulista. Para a Udemo (sindicato dos diretores), ensino comum e ensino técnico não devem ser misturados.

“Será que vai ser dada toda a infraestrutura para o bom funcionamento [dos cursos técnicos]”, diz Luiz Gonzaga de Oliveira Pinto, presidente da Udemo, sobre os laboratórios necessários à formação técnica.

Segundo ele, as escolas estaduais comuns não têm como receber esses laboratórios. “Botar dois computadores não resolve o problema. Esse vai ser o primeiro passo para destruir o sistema [ensino técnico].”

O Sinteps (sindicato dos funcionários do ensino técnico paulista) tem a mesma opinião.

Silvia Elena de Lima, secretária-geral do Sinteps, crê que nesses locais serão instalados apenas os cursos que dispõem instalações sofisticadas, como contabilidade, informática e administração. Mecânica e mecatrônica, ao contrário, exigem laboratórios complexos.

“Não adianta criar o curso se o mercado não tem demanda para aquele profissional que vai ser formado”, afirma Silva. “O governo está cumprindo a promessa de [mais que] dobrar as vagas, mas será que está dando o suporte adequado para isso?”

O professor Ronaldo Portela de Oliveira, do departamento de administração escolar da USP, vê como positiva a estratégia do governo paulista.

“Há demanda reprimida no ensino técnico e espaço ocioso na escola noturna. Havendo instalações adequadas, a convivência [das duas modalidades] é equacionável”, afirmou.